

AS CÁPSULAS DE CIANURETO NÃO ESTÃO NO MANUAL DE CONDUTA

*Paulo Alexandre Trindade Freire*²¹

A frase que dá título a esta comunicação é retirada do capítulo intitulado “A queda do ponto”, do romance *K.*, de Bernardo Kucinski, publicado pela primeira vez em 2011 pela editora Expressão Popular, estando em sua 4ª edição pela Companhia das Letras com o título *K. — relato de uma busca* no ano de 2016. O capítulo em questão aborda uma temática pungente em se tratando de guerrilheiros em plena ditadura militar (1964-1985) no Brasil, a saber, esconder-se, camuflar-se, disfarçar-se e, quando não mais puder, engolir uma cápsula de cianureto para, caso seja pego, não entregar os nomes de ninguém durante as sessões de tortura que, com toda certeza, virão.

É um modo de proteger o outro, o companheiro de guerrilha do qual não se sabe muito. Pode ser encarado como um modo de se proteger da culpa também. Afinal, uma vez que haveria a tortura, seria praticamente impossível não revelar alguma informação. Mas o que parece estar em jogo é o imaginário de uma situação limite. — *Até onde é possível des-*

21 Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia UFBA (2023). Mestrando em Literatura e Cultura pela UFBA. Membro do Seminário de Introdução à Teoria Psicanalítica (SIPSI). Seu projeto de mestrado aborda a linguagem e a subjetividade na obra “No fundo do oceano, os animais invisíveis”, da escritora mineira Anita Deak.

prender-se de si mesmo por uma causa “maior”?

A linguagem do romance nos passa essa sensação de sufoco de algum modo. Um pouco, talvez, da experiência daqueles que estão em fuga. No entanto, lidar com isso é também lidar, de certo modo, com a própria angústia. É assumir o lugar de narrador e correr o risco de que algo escape.

A “coisa” [não *das Ding*, mas *hiância* — entendida aqui como vazio] (GIANESI, 2014, p. 54), propositadamente, se deixa entrever ao longo das páginas, como quando, no capítulo “Livros e expropriação”, é narrada a história de um jovem que trabalha com TI e “expropria” exemplares de alguns sebos no centro de São Paulo nas horas vagas. Quando esse jovem é capturado e desaparecido pelos militares, resta dele uma biblioteca de quase dois mil exemplares frutos de expropriação. Curiosamente, como coloca o narrador, o nome do jovem estava na primeira página de cada um destes livros, junto à data da expropriação. “Queria demarcar uma posse? Não. Não faz sentido. Talvez soubesse, isso sim, e desde sempre, que os livros seriam os únicos vestígios de sua vocação revolucionária, pequenas lápides de um túmulo até hoje inexistente.” (KUCINSKI, 2016, p. 60).

Essa ideia de ausência sustentada pelo protagonista, de que há uma necessidade do registro dessa ausência latente, aparece como um signo de resistência, uma vez que, na ausência de um corpo a ser velado, há um rastro de memória, o registro de uma prática que diz respeito àquela subjetividade. No caso em questão a subjetividade de um revolucionário marcada no seu gesto de anotar o próprio nome e a data da expropriação do objeto. O próprio livro de Kucinski está sujeito a isso, portanto, a ser “expropriado” e registrado por alguém, talvez resida também aí a necessidade de escrever. Não apenas para registrar a memória de uma eterna

ausência, de uma destinatária inexistente, mas para que o próprio narrador possa forjar também a lápide daquela que é agora essa ausência.

O que leva o narrador a contar a história do romance *K*. são as “cartas à destinatária inexistente”, pois, trinta anos depois do seu desaparecimento, os bancos continuam a enviar correspondências com propostas irrecusáveis de descontos em viagens que, como acredita o narrador, ela merecia sim mas nunca poderá fazê-las. O nome inscrito no envelope provoca alguma coisa, move quem o observa e perscruta sem saber o que terá acontecido com ela.

No seminário 16, *de um Outro ao outro* Lacan observa o seguinte: “Tudo se inaugura no que acontece com o registro do sujeito definido como *aquele que apaga seus vestígios*. Para deixar mais clara a dimensão original daquilo de que se trata, vou chamá-lo, em última instância, de *aquele que substitui seu vestígio por sua assinatura*.” (Lacan, 2008, p. 304).

Fico pensando nisso de ela ter sido desaparecida sem deixar vestígios, ou seja, sem marca ou sinal. — *Há, de fato, como alguém ser desaparecido assim? Essa é a busca do narrador, a busca por algum vestígio, algum rastro, sinal do que possa ter acontecido?* Sabe-se que ela era professora. Que era casada. Sumiram ela e o marido. Foi considerado, pelo Estado, que ela abandonou o posto de trabalho. Ninguém se preocupou em saber seu paradeiro...

Construir uma narrativa que lida com essa ferida [pessoal] do narrador traz, de certo modo, questões sobre a memória e a história do nosso país como um todo. Memória daqueles que foram desaparecidos. Das famílias que não puderam viver o luto. — *O romance é o lugar certo para isso, uma vez que a própria História e a Política não deram conta?*

— *E a psicanálise?*

Lacan fala de um “furo” essencial. Não nos atentemos tanto à palavra “essencial”, não é exatamente isso que ele diz. Algo como um furo constituinte. Ou seja, é como se precisássemos dele para o movimento. Se não nos falta nada, ficamos estagnados. Pelo menos é assim que se constitui uma neurose: trata-se de sempre haver uma falta; ausência de algo. E o desejo é o que nos move para procurar o que preencha esse vazio, mesmo sem sabermos direito o que procuramos. A ideia de “objeto *a*” da psicanálise parece ter sua origem nisso. Parece ser o “nosso objeto”.

A angústia é quando “surge” algo no lugar dessa ausência, representada no esquema de Lacan pelo menos-phi. Ou seja, quando aparece algo na parte faltante que nos constitui, curiosamente, é nesse momento que desabamos. Porque transbordamos. Precisamos dessa falta. Precisamos que ela esteja ali para que a vida faça sentido. Para que sigamos buscando alguma coisa.

Me parece que a busca de K. é esta: acima de tudo, contar essa história, narrar os “acontecimentos”. Inventar a persona dos culpados, como ele faz no capítulo intitulado “A abertura”.

No capítulo em questão, o narrador desloca a atenção de um discurso indireto livre que o aproximava [identificava] com K. e traz à baila um cenário possível, a saber: um monólogo em doze partes do que teria feito um dos delegados responsáveis por desaparecer pessoas. Nesse trecho, deixa-se claro um jogo cruel onde aquele que tem os meios de violência a exerce física e psicologicamente. Já tendo desaparecido com o corpo da militante, faz com que alguém ligue e dê supostas informações sobre o paradeiro dela, tentando cultivar falsas esperanças de que ela ainda possa estar viva, refugiada em algum canto.

É preciso preencher essa lacuna com alguma coisa.

Mesmo tantos anos depois, é insuportável ver o nome inscrito numa carta à destinatária inexistente. Como o narrador diz no início do capítulo “Sorvedouro de pessoas”, “A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo” (2016, p. 19). É isto alguma sorte de culpa? É preciso remoer o “não ter podido fazer nada”, para que, a partir dali, se ficcionalize a busca: encontros secretos com pessoas influentes, trocas de nomes, documentos, informações, etc. — *É isto “fazer alguma coisa”?*

K. rememorou cenas recentes, o nervosismo da filha, suas evasivas, isso de chegar correndo e sair correndo, do endereço só em último caso e com a recomendação de não passá-lo a ninguém. Atarantado, deu-se conta da enormidade do autoengano em que vivera, ludibriado pela própria filha, talvez metida em aventuras perigosíssimas sem ele desconfiar, distraído que fora pela devoção ao iídiche, pelo encanto fácil das sessões literárias. (2016, p. 23).

K. parte de uma questão que talvez faça a si mesmo: “Onde eu errei?”. Mas talvez, consciente de que não lhe cabia muita coisa, observa suas ações. O fato de dar muita importância ao iídiche e a literatura. A questão que nos fica lendo essa passagem é que justamente a literatura, mais especificamente o romance — para retomarmos aquela questão inicial acerca do *lugar certo* para lidar com essa ferida pessoal e social —, foi o que lhe permitiu de algum modo lidar com a questão do desaparecimento. Foi preciso tornar-se personagem. Foi preciso deixar o seu vestígio poético para que pudesse lidar com essa ausência latente.

A etimologia da palavra “Resistência” fala que *resistere* quer dizer “ficar firme, aguentar”; “para trás, contra”; “Ficar firme, manter a posição”²².

Como dar para trás e ainda assim se manter firme? Ou o se manter firme é justamente o “voltar atrás”? Mas tem um “contra” aí. Resistir é ir *contra* a própria vontade [de viver] e agir em prol de algo, uma instância maior?

K. resiste quando finalmente toca no assunto ou quando o deixa soterrado por trinta anos, até que não suporte ver o nome inscrito numa carta?

— *Ficamos por aqui!*

22 Ver “resisto, -is, -ere, restiti,” IN: FARIA, Ernesto. : <https://www.dicionariolatino.com/>.

REFERÊNCIAS:

FARIA, Ernesto. “**resisto, -is, -ere, restiti,**” : <https://www.dicionariolatino.com/>.

GIANESI, Ana Paula Lacorte. **A inexistência e a insensatez:** hiância causal e o gozo do falasser. Stylus Revista de Psicanálise. Rio de Janeiro, no. 28 p.51-57 Junho 2014.

KUCINSKI, B. K. — São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10: a angústia;** texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão final Angelina Harari e preparação de texto André Telles; tradução Vera Ribeiro. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16: de um Outro ao outro;** texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [tradução Vera Ribeiro; preparação de textos André Telles; versão final Angelina Harari e Jesus Santiago]. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.